



D. Maria Isabel de Bragança: a infância entre Portugal e o Brasil, (1797-1818)*

Marta Pereira **

Estado da questão e objetivos

A infanta portuguesa D. Maria Isabel Francisca de Bragança nasceu no Palácio de Queluz, a 19 de maio de 1797, e veio a falecer, de forma inesperada, a 26 de dezembro de 1818, no Palácio de Aranjuez, em Espanha. Os seus primeiros anos de vida foram passado em Queluz, mas aos 10 anos partiu para o Rio de Janeiro

com a sua família, que fugira das invasões napoleónicas, as quais colocavam em risco a soberania da monarquia portuguesa. Este será o pano de fundo do nosso texto: uma infância e juventude vivida entre Lisboa e o Rio de Janeiro, cidades distintas, mas inseridas no mesmo império.



Nicolas Antoine Taunay, *Retrato da infanta D. Maria Isabel de Bragança* (1816). Lisboa, Palácio de Queluz, n.º de inv. PNQ 255A/4.

• • • •

O nascimento de um novo membro da família real supunha um conjunto de cerimónias e festejos que tinham como objetivo associar e apresentar o recém-nascido à corte. A vinda ao mundo de um filho varão diferia do nascimento de uma infanta, dado que o filho, se fosse o primogénito, tinha como propósito assegurar, anos mais tarde, a sucessão dinástica. No caso de uma infanta, a mesma poderia casar com um rei de uma

monarquia estrangeira, na qual desempenharia as funções de consorte, podendo ser esposa e mãe as suas principais ocupações^[1] e, em caso de morte ou ausência do monarca, assumir a regência.

Nascimento, casamento e morte foram os eventos sobre os quais se produziu mais documentação, conseqüentemente, permitiram a realização de mais trabalhos de investigação. Isso mesmo o demonstrou Joaquim Jaime B. Ferreira Alves^[2] no seu estudo sobre os festejos por ocasião do nascimento da infanta, no qual contextualizou e analisou as várias notícias, cerimónias e festejos que decorreram no norte e centro do reino. Até ao momento, este é um dos estudos mais completos relativos a esta temática. De qualquer modo, para um estudo sobre as várias fases da vida de D. Maria Isabel enquanto infanta e mais tarde rainha consorte de Espanha, veja-se a obra de Jonatan Iglesias Sancho^[3].

As investigações sobre a educação das crianças régias é um ramo da história que ao longo dos anos tem vindo a ser mais trabalhado^[4]. Ana Isabel Buescu analisou a evolução da educação e o próprio entendimento do conceito de ser criança nas épocas medieval e moderna, focando-se, de entre outros aspetos, nas amas de leite, e na educação formal^[5]. A historiografia portuguesa não dispõe, até ao momento de nenhum estudo que abranja todas as áreas das aprendizagens que as infantas detinham. Porém, na obra de Alice Lázaro^[6], encontramos menções a alguns aspetos educacionais de D. Maria Isabel e das suas irmãs, tanto no período em que viveram em Portugal como quando estiveram no Brasil.

No que se refere às fontes disponíveis, e que se revelam úteis, para os nossos propósitos, salientem-se os vários periódicos da época, como a *Gazeta de Lisboa* e a *Gaceta de Madrid*, bem como a correspondência do bibliotecário Joaquim dos Santos Marrocos, enviada do Rio de Janeiro para Lisboa^[7].

O nascimento e batismo de D. Maria Isabel Francisca de Bragança (1797)

D. Maria Isabel de Bragança nasceu no dia 19 de maio de 1797, foi a terceira filha de D. João (1767-1826) e D. Carlota Joaquina (1775-1830). Quatro anos antes, nascera a primogénita D. Maria Teresa (1793-1874), seguida do seu irmão, o infante D. Francisco António Pio, que veio a falecer ainda em criança, com apenas quatro anos. Posteriormente, vieram a nascer mais irmãos, dois rapazes e quatro raparigas: D. Pedro IV (1798-1834), D. Maria Francisca de Assis (1800-1834), D. Isabel Maria (1801-1876), D. Miguel (1802-1866), D. Maria de

Assunção (1805-1834) e D. Ana de Jesus (1806-1857).

O anúncio da gravidez da princesa D. Carlota Joaquina foi publicado na *Gazeta de Lisboa*, a 11 de fevereiro, nele se pode ler: “A 3 do corrente se principiarão a fazer em todas as igrejas desta capital preces por três dias por motivo da gravidação da princesa nossa senhora; e S.A.R. pelo mesmo motivo começou já a devoção dos 9 sábados”^[8]. Seguiram-se várias cerimónias, na capital e fora da mesma, nas quais os súbditos se reuniam de

modo a rezar pelo sucesso da gravidez de D. Carlota, de forma a demonstrar afeto e dedicação pela família real[9].

O parto de rainha supunha todo um conjunto de preparativos, dado que o momento do nascimento era de incerteza e, muitas vezes, levava à morte quer da mãe quer do recém-nascido. Para além disto, era igualmente um evento propiciador de alguma ansiedade, pois só o parto revelaria se seria um rapaz ou uma rapariga, mesmo que se fizessem previsões por parte de médicos e parteiras que acompanhavam a mãe[10]. A 19 de maio de 1797, nasceu às seis horas e dez minutos D. Maria Isabel. A chegada ao mundo foi anunciada no dia seguinte, a 20 de maio. Na notícia pode ler-se que D. Carlota Joaquina estava “na melhor disposição em tais circunstâncias”. Seguiu-se a divulgação do “bom sucesso” ao povo através do repique dos sinos das igrejas, descargas de artilharias das fortalezas e a iluminação da cidade por dois dias[11].

Após o nascimento da infanta, foram enviadas cartas régias às várias autoridades civis e religiosas, de modo a informar sobre o nascimento de um novo membro da família real. Veja-se o exemplo da que foi escrita por D. Maria I, em 1797, ao cabido da sé do Funchal, na qual se pode ler “E me parece participar-vos logo esta desejada, e a alegre notícia [...] e para que me acompanheis, não só em festejar este fausto, e plausível sucesso, mas também em dar ao mesmo senhor as devidas graças [...] E tereis entendido que esta felicidade se deve celebrar com todas aquelas demonstrações de alegria, e ação de graças...”[12]. Consequentemente, nas diferentes cidades onde chegavam cartas régias deste teor deviam ser organizadas celebrações pelo nascimento de D. Maria Isabel de Bragança.

Após a receção das cartas régias, que comunicavam o nascimento dos infantes, seguiram-se os festejos. Sabe-se ainda que o Intendente Geral da Polícia, no dia 11 de junho, mandou celebrar uma missa, seguida de um *Te Deum*, na Igreja da Nossa Senhora da Atalaia[13]. No Porto, como indica Joaquim Jaime Ferreira Alves[14], chegou no dia 23 de maio a certa régia anunciando o nascimento de D. Maria Isabel, pelas mãos do corregedor e provedor da comarca Francisco de Almada e Mendonça (1757-1804). O senado reuniu-se para organizar a celebração com grande pompa incluindo música e luminárias durante três noites. Foi pedido que se enviassem cartas aos prelados para repicarem os sinos das suas torres. Na manhã do dia 11 de junho, na sé, decorada com todo o aparato e sumptuosidade, foi celebrada uma missa pontifical com um sermão no fim, pregado pelo padre mestre frei Bartolomeu Brandão da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Na tarde do mesmo dia, foi cantado um *Te Deum* e, de seguida, feita uma procissão em celebração do dia de Corpo de Deus.

Por fim, repicaram os sinos e, ao início da noite, acenderam as luminárias. Estes atos festivos tinham como função demonstrar lealdade e devoção à família real, num momento em que a mesma trazia ao mundo mais uma criança que assegurava e reforçava a descendência da monarquia portuguesa.

Após o nascimento, impunha-se que o recém-nascido recebesse o primeiro dos sete sacramentos, um momento de extrema importância. Assim, caso viesse a falecer, iria, de acordo com os preceitos católicos, ascender ao céu. A 5 de junho de 1797, na capela real do palácio de Queluz ocorreu o batismo de D. Maria Isabel, celebrado pelo cardeal-patriarca de Lisboa[15]. Os seus padrinhos foram o príncipe das Astúrias[16], isto é, o futuro Fernando VII (1784-1833), representado pelo infante D. Pedro Carlos (1786-1812)[17] e D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)[18]. Em modo de agradecimento aos pais de D. Carlota Joaquina, Carlos IV[19] e Maria Luisa de Parma enviaram cartas individuais ao genro, D. João, antes de saberem se seria uma infanta ou um infante, dizendo que estavam felizes pela escolha de Fernando para ser o padrinho: “Yo la he tenido muy particular en la eleccion que del príncipe de Asturias mi querido hijo ha hecho V. A. de acuerdo con nuestra Carlota para padrino del infante, o infanta que esta de a luz con le felicidad que confio en Dios se verifique”[20]. A escolha do príncipe das Astúrias era propositada dado que se estreitavam os laços com Espanha, o país de origem da princesa do Brasil, que nutria uma grande admiração e saudade da sua família. Para além disto, considerando o panorama europeu de convulsões associado à Revolução Francesa e ao período posterior, com a ascensão de Napoleão Bonaparte, o reforço do contacto com Espanha era muito importante dado a proximidade territorial.

Relativamente à cerimónia realizada de batismo de D. Maria Isabel poucos são os pormenores de que temos conhecimento. Porém, certamente terá tido todo o aparato comum da época. Note-se que, através da descrição do batizado do infante D. Francisco António Pio (1795-1801)[21] podemos ter uma noção do ambiente presente na capela real, que, possivelmente, terá sido replicado total ou parcialmente para a infanta D. Maria Isabel. Ora, em 1795, no batismo do infante D. Francisco António Pio, a cerimónia decorreu em duas salas do palácio que foram transformadas e decoradas, a celebração não ficou restrita ao espaço da capela real e ganhou uma monumentalidade maior[22]. Possivelmente, para a infanta D. Maria Isabel terá bastado o espaço da capela real para se realizar a cerimónia. O aparato e pompa, porém, certamente mantiveram-se, assim como a ordem do decorrer da missa, à qual terão assistido vários membros da casa real e da corte, além de membros do clero e até servidores.

O recém-nascido era então conduzido à pia batismal, acompanhado pelos seus padrinhos, na qual era realizada a “ação dos exorcismos na forma do ritual romano até o ingrediente”[23] e depois era colocado no seu leito. Após este primeiro momento, dar-se-ia continuidade à cerimónia com o entoar de harmonias sinfónicas, seguiam-se mais exorcismos, com a unção do peito e costas da criança, que depois era conduzida de novo ao leito. Posteriormente, era entoado um *Te Deum* e repicavam-se os sinos de todas as igrejas, castelos, torres e esquadras. A missa findava com a oração da ação de

graças e a bênção pontifical por parte do patriarca.

Nos primeiros tempos, a infanta ficou ao cuidado de uma ama de leite, que fora cuidadosamente escolhida. As mulheres que desempenhavam esta função deveriam ser saudáveis, de bons costumes e de sangue limpo, tendo, durante o período em que amamentavam, uma vida condicionada devido à sua função de transmitir saúde e força durante o desenvolvimento da criança[24]. Não obstante, D. Carlota Joaquina manteve-se junto da sua filha, embora se entendesse que o ato do aleitamento impedia uma nova gestação.

A infância da infanta em Portugal e a sua mudança para o Brasil:

A educação de uma infanta diferia da de um infante. Neste sentido, enquanto os rapazes passavam a ter a presença de um mestre, as raparigas permaneciam na Casa da Rainha, na qual iriam aprender os vários saberes. Desde cedo, as pequenas infantas começavam a aprender regras de etiqueta e boas maneiras, ensinamentos de virtude e honestidade, dado que mais tarde poderiam a vir integrar uma corte estrangeira, na condição de rainha. Porém, mesmo que esse não fosse o caso, era indispensável reunir estas práticas e conhecimentos. É de notar que os objetivos principais associados à educação feminina eram o casamento e a procriação, visto que era fundamental ser uma boa esposa e boa mãe, pois estava no seu ventre a esperança de assegurar a sucessão.

As letras, incluindo o conhecimento de latim, eram muito importantes, uma vez que eram fundamentais para o estudo da doutrina religiosa, permitindo o uso de livros de horas e de devoção, bem como os tratados morais e os episódios da vida dos santos[25]. Consequentemente, faziam parte das leituras vários autores clássicos, como Tito Lívio, Catão, Virgílio, entre outros[26]. Não menos relevante eram as aulas de música e pintura, guiadas por mestres nomeados pelo rei.

Para a área da pintura e do desenho, D. Maria Isabel e as suas irmãs tiveram aulas com Domingos António de Siqueira (1768-1837), pintor conceituado da época que iniciou os seus estudos em Portugal e deu-lhes continuidade em Roma na Academia de São Lucas. Durante três anos, dedicou-se à vida monástica e após esse período, foi nomeado, em 1802, pelo rei como pintor da corte. De acordo com Alice Lázaro[27], para o ensino da língua francesa ficou encarregue o abade Renato Pedro Boiret. Para a matemática, o mestre José Monteiro Rocha (1734-1819), que fora vice-reitor da

Universidade de Coimbra e cónego na sé de Leiria.

As primeiras aulas de música da infanta provavelmente terão sido com o cantor Giuseppe Totti, este veio substituir João de Sousa Carvalho e fora nomeado em 1800 pelo príncipe regente como “Mestre de Muzica de seos filhos Nossos Senhores” e ainda adquiriu o título de “Mestre da Capella”[28].

A transferência da família real para o Brasil, a 29 de novembro de 1807, simbolizou uma grande mudança para a monarquia portuguesa que estava em perigo iminente devido as invasões napoleónicas. A travessia até ao Rio de Janeiro foi realizada durante cerca de 54 dias. Na nau *Príncipe Real* ia o príncipe regente, D. Maria I, os infantes D. Pedro e D. Miguel, bem como D. Pedro Carlos. A embarcação atracou primeiro em Salvador, a 22 de janeiro de 1808. Já na nau *Afonso de Albuquerque* iam D. Carlota Joaquina e as suas filhas, as infantas, incluindo D. Maria Isabel, que apenas aos 10 anos viu a sua vida ser transportada para o outro lado do oceano. A 8 de março do mesmo ano, deu-se a entrada oficial da família real no Rio de Janeiro. Note-se que, as condições deploráveis nas quais a viagem foi realizada e o excesso de pessoas a bordo, fez com que fossem surgindo doenças e pragas, como de piolhos[29].

O Rio de Janeiro, que seria a nova sede da família real, não estava preparado para as mudanças repentinas que ocorreram. De modo a conseguir-se acolher todas as pessoas vindas de Portugal, procedeu-se a despejos, consequentemente, várias pessoas ficaram desalojadas o que contribuiu para a criação de uma onda crescente de descontentamento. De facto, a cidade carioca era muito distinta, daquela Lisboa de que a corte tinha saído. Com um clima diferente e consequentemente um modo de vida diferente, foi necessária uma adaptação por parte daqueles que chegaram da Europa. O que nem sempre

foi fácil, como mencionou Joaquim dos Santos Marrocos, nas cartas que enviava ao seu pai Francisco dos Santos Marrocos. Nelas podem ler-se descrições da cidade e do clima vivido, tais como “As tórridas temperaturas dos trópicos, os cheiros nauseabundos da cidade, as ruas enlameadas e apinhadas de gente, a alimentação”[30]. Claro que a família real estava protegida e perante condições melhores. Todavia, foi necessário começar a estabelecer uma organização que permitisse a existência de uma estrutura sólida da máquina governamental, dado que o Rio de Janeiro passaria a ser a sede da monarquia portuguesa por pouco mais do que uma década.

Segundo alguns relatos, D. Carlota Joaquina estava muito descontente com a mudança, já o príncipe regente mantinha-se sereno[31]. A dinâmica de convivência da família real era marcada pela distância, ou seja, o príncipe regente vivia entre Mafra e Vila Viçosa, afastado de D. Carlota Joaquina e das suas filhas, que estavam maioritariamente no palácio de Queluz. No Rio de Janeiro, apesar do palácio da Boa Vista estar preparado para ser a residência oficial da família, D. Carlota e as filhas viviam no Paço da cidade. Todavia, havia um contacto cordial e afetuoso, à maneira da época, presente na relação dos pais com os filhos. É de notar que D. João e D. Carlota trocavam correspondência entre si sobre os mais variados aspetos, contudo estava presente uma distância física entre o casal já anteriormente estabelecida[32].

Embora as infantas vivessem nesta dinâmica familiar, a educação não poderia ser descurada. As informações que dispomos sobre os mestres contratados para educarem os infantes não são vastas, pelo que apresentamos apenas alguns nomes importantes. Nomeadamente o de Marcos António de Portugal (1762-1830), que iniciou os seus estudos musicais aos nove anos, no seminário do Patriarcado de Lisboa. De 1792 a 1800, residiu alguns anos em várias cidades italianas, nas quais foi produzindo várias obras. Foi um artista reconhecido em várias capitais europeias, como Paris, Londres, Viena e Madrid. Quando regressou a Lisboa, por volta de 1782, começou a ter algum reconhecimento por parte do príncipe regente. Contudo, devido à partida para o Brasil houve um interregno no contacto com a família real, que foi novamente estabelecido em 1811. Ao deslocou-se para o Rio de Janeiro com outros instrumentistas foi nomeado, “compositor e professor dos infantes”[33]. A formação que lhes deu, e nomeadamente à infanta D. Maria Isabel, foi notória. Sabemos que a mesma tinha um timbre *mezzo soprano*, logo as obras que Marcos de Portugal compôs para a infanta eram feitas de acordo com essa particularidade[34]. De acordo com Judith Ortega Rodríguez, provavelmente enquanto D. Maria Isabel cantava havia um acompanhamento de pianoforte,

algo habitual na música destinadas às mulheres[35]. Este gosto pelo canto e pela música foi de tal forma cultivado que, anos mais tarde, quando partiu para Espanha para casar com o seu padrinho e tio Fernando VII, D. Maria Isabel teve ao seu dispor Carlos Marinelli, nomeado pelo seu marido para lhe dar aulas de canto.

A dança, algo fundamental na educação de uma infanta, foi lecionada por Lourenço Lacombe[36] que se deslocou para o Rio de Janeiro, em 1811. Não existem muitos mais dados que indiquem aspetos educacionais da infanta D. Maria Isabel, porém D. Carlota Joaquina demonstrou interesse em dar às suas filhas uma boa instrução: encomendava várias caixas de livros da Europa tanto para seu usufruto como para introduzir as suas filhas em novas leituras[37].

Anos mais tarde, em 1816 quando D. Maria Isabel casou com o seu tio Fernando VII, aos 19 anos de idade, estava uma mulher formada, considerada pronta para integrar uma nova corte, ao lado do seu marido. Foi rainha consorte em Espanha durante apenas dois anos, dado que faleceu inesperadamente ao dar à luz a 26 de dezembro de 1818. Não obstante o curto período em que foi casada com o monarca, atendendo aos relatos existentes, terá sido uma figura admirada pelo povo espanhol, em função da sua forma de saber estar, da sua educação, e da sensibilizada pelas artes. O povo espanhol entendeu a chegada de D. Maria Isabel como um momento de esperança que viria assegurar a sucessão dinástica e dar estabilidade a Espanha, após um período conturbado de revoltas.



Vicente López Portaña, Retrato da rainha D. Maria Isabel de Bragança (c. 1816), Madrid, Museu do Prado, n.º inv. P000869.

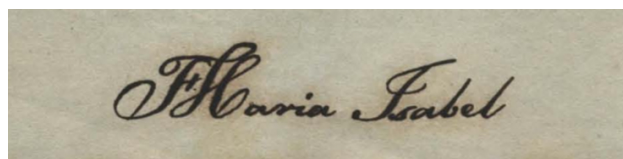
Considerações finais

A infanta D. Maria Isabel de Bragança foi a terceira filha de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, apesar de ser uma figura pouco conhecida da família real, teve a sua relevância. Tal como para os seus irmãos, foram realizados festejos pelo seu nascimento e batismo com toda a pompa e circunstância, como ditava a tradição. Para além disso, a divulgação da notícia da sua vinda ao mundo foi noticiada nos vários periódicos, seguindo-se, como era habitual, o envio de cartas régias às várias instituições do reino e, inclusivamente a alguns soberanos estrangeiros.

Dado que esta análise se situa entre 1797-1816, compreende mais de metade da vida de D. Maria Isabel, que aos 10 anos de idade partiu para o Brasil, onde recebeu a sua restante formação. Desta forma, podemos considerar que há dois períodos da sua educação enquanto criança e depois enquanto jovem mulher, apoiada pelos melhores mestres da época, nas mais variadas áreas do conhecimento, destacando-se por exemplo, Domingos António Siqueira e Marcos António Portugal. Conhecer os moldes nos quais se processou a instrução da infanta permite-nos compreender também

outras vertentes do que se passava no ambiente da corte. Todavia, pela escassez de fontes, não dispomos de um testemunho que mencione o desempenho da infanta nas suas aprendizagens.

No ano de 1816, partiu do Rio de Janeiro para Cádiz a bordo da nau *São Sebastião* para casar com o seu tio Fernando VII. A estada em Espanha de D. Maria Isabel foi curta, de apenas dois anos, dado que a mesma veio a falecer inesperadamente na sequência do seu parto.



Assinatura de D. Maria Isabel de Bragança. Brasil, Arquivo Histórico do Museu Imperial (AHMI). Carta de D. Maria Isabel para D. Carlota Joaquina, maço.43, n.º 1839.

• • •



* Este texto faz parte da investigação realizada para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação da Prof.^a Doutora Isabel Drumond Braga.

** Mestranda em História Moderna, na Faculdade de Letras da Ulisboa, sob a orientação da Prof.^a Doutora Isabel Drumond Braga. Email: martacorreiapereira@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4717-7289>

[1] Antonio Juan Calvo Maturana, “María Antonia de Borbón e Isabel de Braganza: el valor simbólico de las dos primeras mujeres de Fernando VII”, *Feminismo/s*, n.º 16, Alicante, 2010, pp.13-38. Disponível em Doi: <http://hdl.handle.net/10045/19400>.

[2] Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, “Festejos pelo nascimento da infanta D. Maria Isabel Francisca de Bragança e Bourbon (1797)”, Separata de *Genealogia & Heráldica*, n.º 4, Universidade do Porto, 2000.

[3] Jonatan Iglesias Sancho, *Maria Isabel de Bragança: Princesa de Portugal, Rainha do Prado*, Lisboa: Minotauro, 2024.

[4] Sobre este assunto, veja-se Isabel dos Guimarães Sá, “As crianças e as idades da vida”, in *História da vida privada*, dir. José Mattoso, vol. A Idade Moderna, coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 72-95.

[5] Ana Isabel Buescu, *Na Corte dos Reis de Portugal: saberes, ritos e memórias*, Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 15.

- [6] Alice Lázaro, *Andorinhas e Sábias: os casamentos em Espanha das filhas de D. João VI (1810-1823)*, Lisboa: Chiado Books, 2018.
- [7] Luís Joaquim dos Santos Marrocos, *Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821*, coord. Elisabet Carceller Guilament, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- [8] *Segundo Suplemento á Gazeta de Lisboa*, n.º 6, 11 de fevereiro de 1797.
- [9] Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *Festejos...*, p. 136.
- [10] Ana Isabel Buescu, *Na Corte...* p. 15.
- [11] *Segundo Suplemento á Gazeta de Lisboa*, n.º 10, 20 de maio de 1797.
- [12] Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Carta de D. Maria I, assinada pelo príncipe D. João comunicando o nascimento da infanta D. Maria Isabel, filha da princesa do Brasil*, Cabido da Sé do Funchal, m. 4, n.º 27.
- [13] *Segundo Suplemento á Gazeta de Lisboa*, n.º 24, 17 de junho de 1797.
- [14] Joaquim Jaime B. Alves-Ferreira, “Festejos pelo nascimento da infanta...”, p. 142.
- [15] *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 23, 9 de junho de 1797.
- [16] Mais tarde, D. Maria Isabel viria a casar com o mesmo e a ser rainha consorte em Espanha.
- [17] Sobre esta figura, veja-se Isabel Drumond Braga, *D. Pedro Carlos (1786-1812): um infante de Espanha em Portugal e no Brasil*, Lisboa; Temas e Debates, 2023. Sabe-se, inclusivamente o que vestiu o infante na cerimónia, trajes confeccionados em Espanha: “se hacen tan complidos porque tambien es moda que podran servir decentemente para galas del año venidero, me dice el sastre seria bueno veniese una vara de tela de cada uno de ellos con los mismos salpiques de bordado para completar outro par de calzones sobre unos pedazos que han quedado aca, y como podera acabar la referida tela por si aun la huviese” p. 220.
- [18] Sobre esta figura, veja-se Paulo Drumond Braga, *A Princesa na sombra: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)*, Lisboa: Colibri, Torres Vedras: Câmara Municipal, 2007.
- [19] Veja-se a carta enviado por Carlos IV ao príncipe regente: Lisboa, Biblioteca da Ajuda (BA), *Carta de Carlos [IV, Rei de Espanha] para [D. João], Príncipe do Brasil, agradecendo-lhe o convite que fez ao Príncipe das Astúrias [D. Fernando] para ser padrinho da criança [Infanta D. Maria Isabel] que D. Carlota [Joaquina] está para dar à luz, e avisando-o de que remeterá o correspondente poder*, Aranjuez, 28 de abril de 1797, 54-V-21, n.º 5bb (e envelope)
- [20] Lisboa, BA, *Carta de [D. Maria] Luísa [de Borbón Parma] para seu sobrinho e genro, o Príncipe do Brasil [D. João] agradecendo o convite que fez ao filho, o Príncipe das Astúrias [D. Fernando] para padrinho do filho ou filha [Infanta D. Maria Isabel de Bragança] que está para nascer*, Aranjuez, 28 de abril de 1797, 54-v-21, n.º 9v (e envelope).
- [21] Sobre este assunto veja-se: Brasil, Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), *Narração do Solemne Baptismo do Serenissimo Senhor D. Antonio Principe da Beira, celebrado no Real Palácio de Quelus no dia 4 de abril do anno de 1795*. Disponível em Doi: https://bdilb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/431908?locale-attribute=pt_PT
- [22] Brasil, (BNB), *Narração do Solemne Baptismo...*, p.4.
- [23] Brasil, (BNB), *Narração do Solemne Baptismo...*, p.14.
- [24] Ana Isabel Buescu, *Na Corte...*, p. 23.
- [25] Ana Isabel Buescu, *Na Corte...*, p. 34.
- [26] Ana Isabel Buescu, *Na Corte...*, p. 34.
- [27] Alice Lázaro, *Andorinhas e Sábias: os casamentos em Espanha das filhas de D. João VI (1810-1823)*, Lisboa: Chiado Books, 2018, pp. 118-119.
- [28] Cristina Isabel Videira Fernandes, *O sistema produtivo da música sacra em Portugal no final do Antigo Regime: a Capela Real e a Patriarcal entre 1750 e 1807*, Évora: Tese de doutoramento em Música e Musicologia, apresentado na Universidade de Évora, 2010, p. 210.
- [29] Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João, príncipe e rei no Brasil*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008, pp.11-12.
- [30] Luís Joaquim dos Santos Marrocos, *Cartas do Rio de Janeiro...*, pp. 33-34.
- [31] Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil: 1808-1821*, Rio de Janeiro: ACD, Editores, 2008, p.66.
- [32] Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil...*, pp.181-184.
- [33] Cristina Isabel Videira Fernandes, *O sistema produtivo da Música Sacra em Portugal...*, p.209.
- [34] Veja-se algumas destas obras compostas por Marcos de Portugal para D. Maria Isabel de Bragança em: <https://www.europeana.eu/en/search?page=1&view=grid&query=Infanta%20D.%20Maria%20Isabel%20ode%20Bragan%C3%A7a>
- [35] Judith Ortega Rodríguez, “«Te haré el piano, y cantar, y esto me distraerá pues me han dicho que tienes una bonita voz»: La reina María Isabel de Braganza y la música (1816-1818)”, *Las mujeres y las artes: mecenas, artistas, emprendedoras, coleccionistas*, Madrid: Abada, pp.286-287.
- [36] Jurandir Malerba, *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.165. Atendendo a um registo datado de 1817, apenas neste ano é que o dançarino Lourenço Lacombe, a sua mulher e o seu irmão é que obtiveram os passaportes para se deslocarem à corte no Rio de

Janeiro. Veja-se: Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Atestado do intendente-geral da Polícia, João de Matos Vasconcelos Barbosa de Magalhães, declarando que os dançarinos Lourenço Lacomba, natural de Madrid, e sua mulher Julieta Lacombe, natural de Turim, e seu irmão Luís José Lacomba, natural de Barcelona, estão aptos para receberem seus passaportes pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar para a Corte do Rio de Janeiro*, 3 de abril de 1817, Cx.277, n.º 19302.

[37] Francisca L. Nogueira de Azevedo, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.329-330.